

Perfil autoritário e política da instabilidade institucional

Authoritative profile and politics of institutional instability

Renato Nunes Bittencourt¹

RESUMO

O artigo aborda as peculiaridades de uma liderança política autoritária e de que maneira ela atenta, com seu *modus operandi*, a instabilidades das instituições republicanas com procedimentos incompatíveis com a democracia.

Palavras-Chave: Democracia. Autoritarismo. Bonapartismo. Instituições.

ABSTRACT:

The article addresses the peculiarities of authoritarian political leadership and how it pays attention, with its *modus operandi*, to the instabilities of republican institutions with procedures incompatible with the democracy.

Keywords: Democracy. Authoritarianism. Bonapartism. Institutions.

243

¹ Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ. E-mail: renatonunesbittencourt@gmail.com

De líderes, os povos nunca careceram: no entanto, nem todos possuem, longe disso, as fortes convicções que os transformam em apóstolos. Geralmente são argutos retóricos, que perseguem apenas seus interesses pessoais e procuram persuadir adulando os baixos instintos. (LE BON, 2008, p. 112)

Introdução

A vigência de uma pandemia, afetando a totalidade da humanidade com seus efeitos deletérios na saúde pública, e, por conseguinte, na economia, gera transtornos estruturais que demandam esforços materiais extraordinários para a resolução desses problemas. No entanto, nada pode substituir as perdas humanas decorrentes da COVID-19, restando apenas o respeito incondicional pela memória dos mortos e o apoio afetivo para aqueles que perderam entes queridos nessa grande moléstia. Acima de tudo é imprescindível empatia e solidariedade para com todos aqueles que viveram na carne as agruras da COVID-19.

Crises globais usualmente são instrumentalizadas por forças reacionárias para que se coloque em xeque a legitimidade da importância da ordenação democrática da sociedade. Muitos governantes se aproveitam das circunstâncias de exceção para que se implementem uma série de manobras políticas convenientes para a ampliação de seu próprio poder governamental perante a sociedade civil, ou ainda que favoreçam classes sociais detentoras dos meios de produção. Nesse contexto, humanamente tenebroso,

lideranças autoritárias, ainda que providas de razoável enraizamento popular, oportunamente usam subterfúgios anticonstitucionais para que seus projetos pessoais se consolidem em detrimento dos interesses republicanos. A situação se torna ainda mais complicada quando essas figuras autoritárias, em gestos explicitamente deliberados, realizam ações que vão de encontro aos critérios técnicos, científicos e ao bom senso político, incentivando suas hordas de seguidores a mimetizarem esses atos grotescos em suas próprias vidas cotidianas.

Autoridade e Autoritarismo

Antes de avançarmos na discussão, precisamos distinguir rigorosamente o que é autoridade e o que é autoritarismo no âmbito da gestão política. A autoridade é desenvolvida pela confiança e pelo respeito pela figura hierarquicamente superior, sem que haja necessariamente qualquer tipo de relação rígida ou inflexivelmente vertical entre as partes. Reconhecemos a autoridade por uma série de critérios, como idade, mérito, competência, expertise, afeição. A autoridade não é incompatível com uma gestão democrática, progressista, inclusiva e participativa, pois na estruturação organizacional da sociedade inevitavelmente precisamos seguir fluxogramas departamentais e uma razoável racionalidade burocrática, justamente para que cada pessoa seja tratada como cidadã, isto é, de modo igual aos demais, sem

quaisquer privilégios. Já no autoritarismo encontramos o abuso das prerrogativas de poder pela ação ardilosa e muitas vezes truculenta do líder, que controla de maneira inquestionável a máquina governamental, exigindo adesão incondicional para sua agenda singular. O autoritarismo endurece as relações hierárquicas, tornando-as usualmente abusivas com os subordinados, e o gestor age por capricho, moldando, assim, sua atividade por um viés absurdamente personalista que se encontra sempre sob o risco de violar as regras constitucionais.

Difícil Democracia diante dos arroubos autoritários

A grande luta pela formação de uma sociedade bem organizada consiste na consolidação de uma democracia substantiva, na qual a gestão política atua em interesse do bem comum. No Estado Democrático de Direito, a harmonia entre os poderes é crucial para o ordenamento da coisa pública conforme os parâmetros da constitucionalidade. Embates eventuais ocorrem, mas a sanidade institucional deve ser o norte das ações conjugadas entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Não importa qual tipo de crise, se econômica, internacional, ambiental, sanitária, ou mesmo se a confluência entre todas elas, em períodos de crise, essa estabilidade é testada, e quando a balança política pende para o autoritarismo, as instituições democráticas são severamente abaladas, e seus efeitos não tardam a se manifestar na esfera

social e nas organizações públicas e privadas. Conforme salienta Lilia Schwarcz,

Novos governos autoritários têm se apresentado no Brasil a partir da nostalgia do retorno aos “bons tempos”, aqueles dos valores da “família tradicional e patriarcal”, mas, no fundo, apregoa apenas uma recente distopia: aquela que em vez dos afetos distribui ódios segregativos. (SCHWARCZ, 2019, p. 197)

Nesse contexto, cabe destacar que nem sempre uma personalidade autoritária é fascista, conceito pelo qual devemos adotar cautelas no ato de categorização política. O *modus operandi* fascista se reconfigura de modos diversos ao longo da história política, mas seus traços psicopolíticos fundamentais são: militarização social; reacionarismo moral; apologia do belicismo, da agressividade e da violência como forças criadoras; ultranacionalismo tacanho; ratificação da ação direta; eleição de um inimigo identitário crucial; necrofilia; aversão ao diferente; anti-humanismo; antiparlamentarismo; antiliberalismo; antidemocracia; misoginia; machismo; irracionalismo; aversão ao intelecto e suas faculdades; mitificação sociopolítica, além, claro, do tão citado autoritarismo. O tipo humano fascista é incapaz de conviver harmoniosamente com as diferenças e apresenta traços introjetados de repressão sexual em seu caráter, circunstância que o torna irascível diante da sensualidade alheia e que revela sua incapacidade de dar vazão satisfatória ao seu potencial

libidinal, mesmo que concretize a relação sexual.

A pessoa fascista vive assim em um constante orgasmo de impotência, canalizado por atitudes destrutivas contra todos os seus desafetos. O fascista é autoritário, mas nem todo autoritário é fascista, e talvez com a soma dos elementos elencados anteriormente possamos discriminar corretamente esses traços de personalidade sociopolítica, de modo a evitarmos, assim, o desgaste desse conceito e sua banalização discursiva, problema que aliás é bastante conveniente para o *status quo* do próprio fascista, pois, se considerarmos qualquer pessoa de traços autoritários ou mesmo pela qual apresentamos discordância ideológica como fascista, torna-se cada vez mais difícil determinamos onde se manifesta de fato o fascismo, seja abertamente em suas práticas corrosivas ou nas filigranas do poder e das relações sociais. De acordo com Marcos Nobre,

Chamar todo mundo indiscriminadamente de fascista nos deixa sem recursos linguísticos e políticos para chamar o verdadeiro fascismo pelo seu nome quando nos afronta de maneira inapelável. (NOBRE, 2020, p. 39)

Há que se destacar também que o fascismo originário defendia a onipotência do Estado na organização corporativa da vida social, contrapondo-se firmemente ao viés liberal. Por sua vez, na consolidação do espírito neoliberal, encontramos a adequação entre os dispositivos fascistas e os imperativos de

desregulação econômica e de defesa da lógica do mercado como disposições absolutas para amplificar a rentabilidade do empresariado, que depende justamente de uma gestão autoritária, quiçá ditatorial, para impor os seus ditames contra a esfera pública, inclusive com a anuência servil de um povo idiotizado e edulcorado pela cartilha da individualização existencial. Ao despolitizar o sujeito e rechaçar o sentido social como uma das metas mais importantes da vida humana, o discurso neoliberal chancela a dignidade absoluta da esfera privada na qual o consumo de bens e de serviços se tornam os atrativos mais substantivos, e qualquer ator social ou organização que atrapalhe esse processo de fruição hedonista da vida é o grande inimigo do “cidadão de bem”. Eis assim os elementos mais evidentes do fascismo de mercado. De acordo com Theodor Adorno,

O fascismo, a fim de ser bem-sucedido como movimento político, precisa ter uma massa como base. Ele precisa assegurar não apenas a submissão temerosa, mas a cooperação ativa da grande maioria das pessoas. Uma vez que, por sua natureza mesma, ele favorece poucos à custa de muitos, não tem como demonstrar que irá melhorar a situação da maioria das pessoas a ponto de seus interesses serem atendidos. Ele precisa, portanto, fazer apelo, acima de tudo, não ao autointeresse racional, mas às necessidades emocionais – frequentemente aos medos e desejos mais primitivos e irracionais (ADORNO, 2019, p. 88)

Chamamos de bonapartismo a tendência autoritária de o poder

executivo se sobrepor ao legislativo e ao judiciário, granjeando, mais do que autonomia extra institucional para realizar suas ações, uma ampla concentração de poder, adornada com traços carismáticos para conquistar a adesão popular, ainda que suas decisões atentem constantemente contra os interesses das camadas sociais da base da pirâmide. Por isso, essa liderança depende das polarizações políticas, de modo a sempre se contrapor aos poderes institucionais que de alguma freiam as suas ações impetuosas, inconsequentes e muitas vezes inconstitucionais. O culto à personalidade é um mecanismo para encantar sua figura política e assim criar uma imagem mítica a ser adorada pelos seguidores. Nesse contexto, a ação política adquire caracteres demagógicos, em que o povo é conduzido como um rebanho fiel e não estimulado a participar efetivamente da esfera pública como atores sociais autônomos, críticos e conscientes. Freud esmiúça com maestria essa relação política verticalizada:

A massa é um rebanho dócil, que não pode jamais viver sem um senhor. Ela tem tamanha sede de obediência, que instintivamente se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor. Assim, as necessidades da massa a tornam receptiva ao líder, mas este precisa corresponder a ela com suas características pessoais. (FREUD, 2011, p. 30)

O carisma é um dos elementos mais importantes para a obtenção da adesão popular na práxis política do

poder executivo, que exige paixão, engajamento, capacidade de liderança do governante. A ação política não é apenas burocrática ou tecnocrática, isto é, um exercício frio do poder, desvitalizado. Espera-se do poder executivo a capacidade de bem conduzir a governança pública, com o suporte do legislativo e do judiciário, muitas vezes instâncias invisíveis nas suas operações funcionais. A harmonia das instituições republicanas exige o diálogo entre essas três esferas. Mesmo uma personalidade avessa aos princípios democráticos pode desenvolver em torno de si uma aura política carismática. A liderança autoritária, voluntarista e autocentrada, pouco se importa com as limitações institucionais, e sempre pretende romper essa barreira para impor sua agenda política, geralmente destrutiva, ou seja, contrária aos verdadeiros interesses sociais. Não existe espaço para o diálogo, o debate, o entendimento, a transparência, o consenso: “O pensar autoritário tem a peculiaridade de precisar recorrer a certezas decretadas antes do pensamento e fora dele para que possa entrar em atividade” (CHAUÍ, 2013, p.27). Por isso a personalidade autoritária é tão avessa ao espírito democrático e anseia pelo fechamento do regime, contando com o suporte das forças militares para dar cabo de seu intento antirrepublicano. O Golpe de Estado está sempre na ordem do dia para essas lideranças que fazem da pólvora sua força política maior. Para Steven Levitsky e Daniel Ziblatt,

Para demagogos cercados por restrições constitucionais, uma crise representa uma oportunidade para começar a dismantlar o inconveniente e às vezes ameaçador sistemas de freios e contrapesos que vem com a política democrática. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 98)

Qualquer ação fiscalizatória legítima dos órgãos públicos é cerceada, e os aparatos estatais que realizam essas funções são aparelhados descaradamente para que não comprometam as falcatruas desse aspirante de autocrata. Da mesma maneira ocorre a demonização das atividades midiáticas, em especial as jornalísticas, cujo papel fundamental é informar com precisão e detalhes os acontecimentos relevantes para a sociedade como um todo, e a agenda do dia da política é um desses itens cruciais. A figura autoritária odeia o bom jornalismo, comprometido com a transparência, com a narrativa veraz e o esclarecimento social, evidenciando assim o seu caráter obscurantista e anti-iluminista. Somente as informações ao estilo “chapa branca” são úteis para o seu modus operandi, e os jornalistas que se submetem ao seu crivo autocrático são desonestos e envergonham a profissão, mas certamente esse estigma não lhes afeta, pois nada mais aspiram do que dinheiro e poder. O líder autoritário, aliás, lida com a questão da verdade de uma maneira bastante peculiar: “verdade” é o que lhe convém, jamais o sempre difícil empreendimento de comprovação dos fatos. A profusão estratégica de mentiras acerca dos eventos e as calúnias difamatórias

contra a respeitabilidade de pessoas, partidos ou instituições rivais atira o ódio político da base de seguidores, que depositam sua virulência contra todas as formas de oposição, inclusive as imaginárias. Conforme salienta Ilona Szabó: “a desinformação e retórica de ódio estão minando a responsabilidade dos governos, subvertendo a liberdade de expressão e fomentando a violência” (SZABÓ, 2020, p.54).

Por isso, em sua narrativa distorcida da realidade, feita para manipular ao máximo as expectativas e as consciências dos seus adoradores, a mentira descarada é apresentada pelo líder autoritário como “versões alternativas”, ou seja, cai-se em um relativismo narrativo que impossibilita qualquer precisão epistemológica acerca das enunciações. Vemos, assim, uma tática de promoção infame de se negar sistematicamente a realidade para que as ações e discursos que tentam reduzir as desigualdades sociais sejam barradas. Tal como muito bem analisado por Manuel Castells, o líder autoritário

toma as decisões e as comunica aos que devem executá-las. Em seguida muda de ideia, ao perceber que poderão acarretar problemas para ele. Quando as críticas se exacerbam, volta às suas bases. Reúne milhares de pessoas em um recinto, em território favorável, e perora sobre qualquer coisa, buscando o aplauso e o fervor de apoiadores incondicionais, ou seja, está sempre em companhia, porque é aí que sente seu poder e, sobretudo, se sente querido, um típico reflexo doentio no grau máximo do narcisismo. (CASTELLS, 2018, p. 57)

Em qualquer circunstância na qual o mentiroso do executivo falta com a verdade, ele se utiliza dos subterfúgios mais reptilianos para sair pela tangente, evidenciando, assim, sua covardia contumaz, escamoteada pela sua verborragia agressiva que lhe concede uma aura de persona forte e eficaz junto ao seu eleitorado fiel. Esse tipo de governante vive sob o torpor dos efeitos estridentes de seus próprios discursos, que alcançam profundamente o ânimo de seus seguidores sintonizados com essa frequência de baixa instintividade e violência semântica. O líder autoritário, quando se disfarça como o amigo do povo, age sempre de modo ambíguo, dissimulado, traiçoeiro, demonstrando o quanto é desprovido de grandeza moral. Segundo a análise de Rubens Casara,

O indivíduo autoritário tende a ser impaciente e a ter atitude de oposição ao subjetivo e ao sensível, insistindo com metáforas e preocupações bélicas, desprezando análises que buscam compreender as motivações e dados subjetivos ao caso. Por vezes, a anti-intracepção se manifesta pela explicitação da recusa a qualquer compaixão ou empatia. (CASARA, 2018, p. 122)

O líder autoritário acredita que a sua vontade é a vontade do povo, em uma estranha pretensão simbiótica que necessariamente não existe. Mais ainda, o líder autoritário acredita que em suas ações ele cumpre os desígnios divinos, daí o fundamentalismo mítico e o conservadorismo moral de sua agenda política, alinhada aos setores

mais reacionários e obscurantistas da sociedade. Essa concepção é avessa aos procedimentos parlamentaristas, em que justamente se enfatiza o debate paciente como o mecanismo para o avanço das pautas políticas. A deliberação, fundamental em qualquer estruturação democrática, pauta-se pela tentativa mais razoável possível de se chegar em um consenso e pela capacidade de argumentação dos seus atores, exigindo assim o uso da boa medida das palavras, de modo a se convencer os interlocutores com argumentos plausíveis. A práxis política nasce do exercício da comunicação. Mesmo que não haja consenso entre os membros da comunidade, ao menos se pressupõe a tolerância e o respeito pelas opiniões diversas, fundamentais para que não haja a tirania de um discurso hegemônico, detentor do monopólio da ação política. Segundo Leonardo Avritzer,

a tarefa mais importante, hoje, se de fato caminhamos para uma conjuntura de crise ou de fortes impasses democráticos, é garantir que este momento de forte embate seja travado no clima da maior tolerância possível e que se procure reestabelecer um centro político capaz de conter a radicalização das disputas políticas. (AVRITZER, 2016, p.146)

A liderança autoritária prescinde dessa prerrogativa, pois permanece continuamente em um nível acentuado de embate contra seus adversários e age em nome de sua convicção pessoal monádica. Dessa forma, a liderança autoritária se sente

mais confortável com a instauração de um regime de decretos, em que a imposição é a norma ratificadora do poder governamental, sem qualquer possibilidade efetiva de questionamento diante das suas enunciações autoritárias, mesmo as mais irracionais e estapafúrdias. Todo questionamento externo ao seu arbítrio é compreendido como falta de confiança e uma traição imperdoável. Todos os assessores devem submissão incondicional ao líder autoritário, sob pena de demissão e perseguição. Para esse tipo de chefe do executivo, o modelo mais interessante de governança é um permanente Estado de Exceção, de modo que assim poderá manter a sociedade sob constante controle gerencial e tensão, na qual nada é preciso ou tranquilo e onde as garantias constitucionais são suspensas em nome de uma pretensa ordem, ordem essa que depende do silêncio e do temor da sociedade civil. Sobre isso, Marildo Menegat argumenta: “a engenharia da indústria da morte é a derrota da política, ou seja, a crise da legitimação da ordem e a impossibilidade de se manter a ordem burguesa sem superá-la em seus fundamentos” (MENEGAT, 2012, p.127)

Um regime ditatorial é ainda mais aprazível para o líder autoritário, pois assim não há qualquer limite institucional para o seu arbítrio e para os seus caprichos pessoais, circunstância na qual dá vazão para toda sua tirania. Uma tal governança se torna cada vez mais um empecilho para um sistema de mercado que aparentemente se adequa aos critérios

da responsabilidade social, pois a liderança autoritária, para consolidar o seu poderio governamental, aproveita-se de uma série de mecanismos para impor sua vontade pessoal perante a esfera pública, agindo de maneira patrimonialista, clientelista, nepotista. Uma estrutura de mercado que se diz socialmente responsável, eticamente comprometida com os princípios da honestidade, organizacionalmente competitiva e meritocrática não pode coadunar com esse tipo de prática espúria, absolutamente retrógrada, daí a desconfiança das agências de avaliação de risco acerca de regimes políticos avessos aos critérios salutarés da constitucionalidade democrática, pois procedimentos escusos como corrupção, promiscuidade público-privada troca de favores e delitos afins se tornam completamente normalizados.

Da mesma maneira, essas governanças autoritárias usualmente violam direitos humanos, são absurdamente flexíveis com práticas de devastação do meio ambiente e pouco afeitas com as políticas públicas inclusivas e promotoras da diversidade social, o que compromete os paradigmas progressistas fundamentais para o desenvolvimento de uma ordem global pretensamente comprometida com o bem-estar humano. Toda pauta política de defesa da dignidade da pessoa humana e da saúde da biosfera são estigmatizadas como falta de virilidade, conforme salienta Felipe Demier:

Guiadas pela razão de mercado, os governantes de plantão se mostram

totalmente irracionais e incapazes de proteger um povo do qual já se divorciaram há tempos, se é que um dia dele realmente enamoraram e a ele prometeram estar ao lado na saúde e na doença. (DEMIER, 2020, p.57)

Demagogos irresponsáveis, terroristas sociais, lideranças autoritárias, personalidades antidemocráticas vociferam pela ruptura institucional e a destruição das garantias constitucionais. Quando essa chusma reacionária é embebida pelo veneno do fanatismo e do fundamentalismo religioso, elas bradam para que toda a sofisticação jurídico-constitucional das leis seja solapada e que a carta magna nacional seja rasgada. Esses documentos, expressões vivas do Estado Democrático de Direito, devem ser substituídos pela “verdade sagrada” de uma distorcida crença religiosa que nasce do ódio, da truculência, da brutalidade, do obscurantismo e da necrofilia, pois se demonstram incapazes de amar o diferente, acolher o outro, vivenciar plenamente a alteridade. Apenas se ressentem perante uma condição humana pela qual nutrem os afetos mais hediondos. Uma religiosidade doentia que é um asilo da ignorância. Para Achille Mbembe:

Decididamente, a época privilegia a separação, os movimentos de ódio, de hostilidade e, sobretudo, a luta contra o inimigo, e tudo isto é consequência daquilo que, num vasto processo de inversão, as democracias liberais, já amplamente branqueadas pelas forças do capital,

da tecnologia e do militarismo, aspiraram. (MBEMBE, 2017, p.72)

Vemos na liderança autoritária o medo à democracia e, por conseguinte, o medo à liberdade, pois ambas adentram nas categorias da contingência, do incerto, do impreciso. Com efeito, democracia e liberdade não são dados certos, mas construções constantes que exigem maleabilidade do sujeito e dos seus interlocutores. Ora, a liderança autoritária necessita de uma realidade rígida para governar, daí a tentativa de controlar a sociedade civil e calar os seus oponentes, pois não tolera o contraditório. Isso é um fenômeno curioso, pois a figura autoritária depende da instabilidade social para fortalecer o seu capital político, mas ao mesmo tempo pressupõe uma estrutura social com pessoas dóceis, silenciadas e oprimidas pela força repressiva da máquina estatal. Qualquer ameaça real ou imaginária para a sua gestão torna-se um fator de limitação para a perpetuação do seu jugo político. Toda disposição política para a horizontalidade comunicacional é colocada em suspeição. Vigora a relação entre mando e obediência, ainda que astutamente a figura autoritária tente transmitir a imagem pública de paternalismo para com seus subordinados e seguidores.

O autoritarismo político também transmite a mensagem de que seus líderes são diferentes de “tudo isso que está aí”, ainda que esse discurso seja a mais fina flor da hipocrisia, pois muitos políticos que se arrogam como inovadores são parasitas fisiológicos de

longa carreira parlamentar de pouca contribuição para o avanço de nossas pautas políticas, tornando-se mais conhecidos por suas diatribes e sandices do que por seus méritos. No entanto, uma fatia considerável do eleitorado jamais percebeu essa discrepância entre o ato e a fala, ou manifestaram leniência moral para com tal disparate, pois viam em seu mito político a chance de solapar do poder a governança progressista que conduzia os rumos do país. Esse moralismo seletivo só vê o erro dos outros, nunca as suas próprias contradições axiológicas, o que justifica a adesão incondicional desses segmentos aos políticos que prometem estabelecer a “revolução reacionária” no Brasil, onde o seu deus, sua distorcida visão de pátria e sua família tradicional recuperarão o protagonismo perdido para o globalismo, o multiculturalismo e o comunismo, tal como apregoam estultamente. Rubens Casara argumenta que

Com a demonização da política, a população passa a desejar ser gerida por outsiders, pessoas que se apresentem como heróis ou gestores, mas sempre políticos que, ardilosamente, se afirmam não políticos. O messias age em nome do povo sem mediações políticas ou

jurídicas [...]. Ligada à identificação de um messias, está a demonização daqueles que pensam diferente ou que não possuem valor dentro da lógica que se extrai da razão neoliberal. (CASARA, 2017, p.183)

A grande luta democrática e progressista consiste em fazer desidratar esse projeto de poder autoritário, moralista e negacionista, que sobrevive graças aos grandes operadores plutocráticos do sistema capitalista em sua fase mais agressiva e espoliadora, com sua elite empresarial bastante satisfeita com uma governança efetivamente contrária aos interesses da população, mas que faz de alguns de seus nichos a base de sustentação. É preciso engajar mais e mais pessoas na cena política e forçar o mercado a se adequar aos parâmetros constitucionais que coordenam a boa vida democrática, simultaneamente ao processo de desmistificação das narrativas religiosas fanáticas que tanto envenenam a população brasileira com suas ideias intolerantes, reacionárias e preconceituosas. Trata-se de um longo processo de reorganização democrática de nossa sociedade, o que nos exige esperança, coragem, paciência e senso de oportunidade para agir no momento adequado.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.

CASARA, Rubens R. R. **Estado Pós-Democrático: Neo-Obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Sociedade sem Lei: Pós-Democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Trad. de Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013.

DEMIER, Felipe. **Crônicas de dias desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2020.

FREUD, Sigmund. Psicologia de Massas e Análise do Eu. In: **Psicologia de Massas e Análise do Eu e outros textos**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 13-113.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

NOBRE, Marcos. **Ponto Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SZABÓ, Ilona. **A defesa do Espaço Cívico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 23/09/2020
Aprovado em 20/11/2020